

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16716 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

PROPOSIÇÕES E CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO EM DISPUTA NO PROCESSO DE REFORMULAÇÃO DA LEI N.º 13.415/2017

Rafaela Ferreira Dias - UFPR - Universidade Federal do Paraná

Renata Peres Barbosa - UFPR - Universidade Federal do Paraná

PROPOSIÇÕES E CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO EM DISPUTA NO PROCESSO DE REFORMULAÇÃO DA LEI N.º 13.415/2017

RESUMO: Este trabalho em andamento tem como objeto de pesquisa a análise das disputas entre os sujeitos sociais em torno das proposições e concepções subjacentes de Educação Profissional de Nível Médio na reformulação da política do Ensino Médio pelo Projeto de Lei n.º 5.230/2023, que reforma a Lei n.º 13.415/2017. Como objetivo, propõe identificar e categorizar os diferentes sujeitos sociais que compuseram tal processo. A abordagem metodológica, de caráter bibliográfico e documental, utiliza como fontes o conjunto de documentos resultantes da consulta pública promovida pelo Ministério da Educação, em 2023. Como resultados parciais, foram identificados e categorizados diversos grupos sociais, incluindo instituições governamentais, movimentos sociais e grupos privados, que participaram ativamente do processo de discussão e a participação de cada um em atividades como webinários, audiências públicas e entrega de documentos, buscando compreender as interações e influências desses sujeitos na reformulação da política educacional. A análise empreendida irá subsidiar a análise das concepções subjacentes e as disputas e interesses na reestruturação do Ensino Médio, com foco na Educação Profissional de Nível Médio.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma do Ensino Médio. Educação Profissional de Nível Médio. Sujeitos sociais. Projeto de Lei n.º 5.230/2023.

Do anúncio da Medida Provisória n.º 746/2016, um processo de caráter autoritário e unilateral que o Poder Executivo conduziu (Silva; Cheibe, 2017), ao processo de regulamentação e implementação da Lei n.º 13.415/2017, sindicatos, entidades representativas, grupos de pesquisa, movimentos sociais e associações científicas têm se posicionado contrários aos princípios da Reforma do Ensino Médio. Em meio à pressão popular para a revogação do Novo Ensino Médio, como representado na Carta Aberta pela revogação da Reforma do Ensino Médio com a assinatura de mais de 280 entidades (Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, 2022), a Conferência Nacional de Educação, realizada no mês de janeiro de 2023, deliberou o posicionamento pela defesa da revogação da Reforma em curso.

No contexto de tensões políticas, o Ministério da Educação (MEC) empreendeu um processo de avaliação e reestruturação da política nacional para o Ensino Médio, a partir da

promulgação da Portaria nº 399, datada de 08 de março de 2023, com o objetivo de, por meio de uma consulta pública, reunir subsídios fundamentais para nortear suas decisões em relação aos atos normativos que regem o Ensino Médio.

O processo de consulta pública foi delineado por meio de uma variedade de instrumentos participativos, como audiências públicas, oficinas de trabalho, seminários e envio de documentos com contribuições e posicionamentos. A consulta pública revelou a complexidade e a relevância das questões em jogo, evidenciando um cenário político dinâmico e multifacetado, no qual uma série de sujeitos públicos e privados se mobilizaram em torno dos rumos e das finalidades do Ensino Médio.

Com o processo de consulta pública findado, em outubro de 2023, o MEC entregou o Projeto de Lei (PL) n.º 5.230/2023 ao Congresso Nacional. Em um cenário de intensas disputas políticas na Câmara dos Deputados, em março de 2024, o texto PL n.º 5.230/2023 foi aprovado com emendas e seguiu para a tramitação no Senado Federal. Sob a relatoria da deputada Dorinha Seabra (União Brasil), o PL foi aprovado no Senado Federal, em junho de 2024, com algumas alterações importantes em relação ao texto da Câmara dos Deputados, visto que foi acolhido parte das reivindicações do movimento revogatório. Ao retornar à Câmara dos Deputados, o relator da proposta, deputado Mendonça Filho (União Brasil), rejeitou boa parte dos avanços conquistados no Senado e aprovou a redação final do texto que altera a LDB nº 9.394/96. No dia 31 de julho de 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com vetos, o projeto de lei que institui a reforma do Novo Ensino Médio, instituída pela lei nº 14.945/2024.

A partir da revisão de literatura realizada, ancorado nas pesquisas de Evaldo Piolli e Mauro Sala (2020); Monica da Silva, Renata Barbosa e Cleci Körbes (2022); Monica da Silva, Lucas Pelissari (2023); e Nora Krawczyk e João Ferretti (2023), compreende-se, como centralidade nesse estudo, que a diversificação das formas de oferta e dos formatos curriculares com ênfase aos Itinerário Formativo de Educação Profissional de Nível Médio sugere uma possível secundarização da formação geral básica, acarretando uma formação fragmentada e aligeirada para as juventudes.

Portanto, ao analisar as políticas educacionais voltadas para a Educação Profissional de Nível Médio, a realidade impõe refletir sobre os projetos de sociedade em disputa e, ainda, como tema fundamental deste trabalho, refletir sobre os projetos de formação para as juventudes que se revelam nas proposições e concepções anunciadas do processo de construção da política educacional.

Diante desse cenário, o objetivo geral da pesquisa é analisar as disputas entre os

sujeitos sociais em torno das proposições e concepções subjacentes de Educação Profissional no processo de tramitação do Projeto de Lei n.º 5.230/2023.

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa adotará uma abordagem metodológica bibliográfica e documental, utilizando como material empírico o conjunto de fontes que permearam a produção do PL n.º 5230/2023. Como procedimento metodológico para o tratamento das informações extraídas das fontes, será realizada a identificação e seleção criteriosa de textos, transcrições e documentos centrais à produção do Projeto de Lei n.º 5.230/2023. A partir desses materiais, será conduzida uma categorização inicial dos sujeitos sociais. Em seguida, procederemos à categorização das principais argumentações em torno das proposições e concepções de Educação Profissional em disputa.

Neste trabalho, sujeitos sociais (individuais e/ou de representação coletiva) são entendidos como agentes políticos que incorporam seus próprios projetos societários e, no âmbito das políticas educacionais, disputam a agenda educativa. Assim, esses sujeitos são caracterizados como organizados em redes que vão do nível local ao global, exercendo diferentes graus de influência e representando diversos setores, como o financeiro, organismos internacionais e o setor governamental (Peroni, 2018).

A pesquisa em andamento tem como resultados parciais um dos objetivos específicos, o qual é identificar e categorizar os diferentes sujeitos sociais que compuseram o processo de discussão da reestruturação da política nacional de Ensino Médio durante a consulta pública instituída pelo MEC.

A partir dos dados apresentados no relatório publicado pelo MEC (2023), intitulado “Relatório da consulta pública sobre o ensino médio”, foi realizada a categorização inicial dos sujeitos individuais e de representação coletiva que participaram do processo de consulta. Ao todo, na consulta pública, foram identificados 90 sujeitos de representação coletiva. Para posterior análise dos dados, a categorização inicial foi estruturada em cinco grupos: (1) Instituições Governamentais e Intersetoriais; (2) Instituições Educacionais e Acadêmicas; (3) Organizações Acadêmicas e de Pesquisa; (4) Movimentos Sociais e Organizações de Trabalhadores; e (5) Grupos e Movimentos Privados e Empresariais. A apresentação dos dados referentes encontra-se no Quadro 1.

Na sequência, foi realizada a categorização da natureza das atividades realizadas na consulta pública por categoria de grupo de sujeitos, organizados em três grupos de atividade: Webnários, Audiências Públicas e Documentos entregues. No gráfico 1, encontra-se a apresentação da porcentagem de participação de cada grupo por atividades realizadas durante

o processo de consulta pública.

Conclui-se que, a identificação e categorização inicial dos sujeitos e das atividades realizadas na consulta pública permite um entendimento mais detalhado das interações e influências desses sujeitos no processo de reformulação da política educacional. Como horizonte, a análise qualitativa subsequente buscará interpretar essas interações e identificar as concepções subjacentes às argumentações apresentadas, oferecendo uma visão aprofundada das disputas e dos interesses envolvidos na reestruturação da política nacional de Ensino Médio com enfoque à Educação Profissional.

REFERÊNCIAS

CAMPANHA Nacional pelo Direito à Educação. **Carta aberta pela revogação da Reforma do Ensino Médio**. 2022.

DA SILVA, M. R.; BARBOSA, R. P.; KÖRBES, C. A reforma do ensino médio no Paraná: dos enunciados da Lei 13.415/17 à regulamentação estadual. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 16, n. 35, p. 399–417, 2022. DOI: 10.22420/rde.v16i35.1473.

SILVA, M. R.; SCHEIBE, L. Reforma do ensino médio: Pragmatismo e lógica mercantil. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 11, n. 20, p. 19–31, 2017. DOI: 10.22420/rde.v11i20.769.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relatório da consulta pública sobre o ensino médio**. Brasília, 2023.

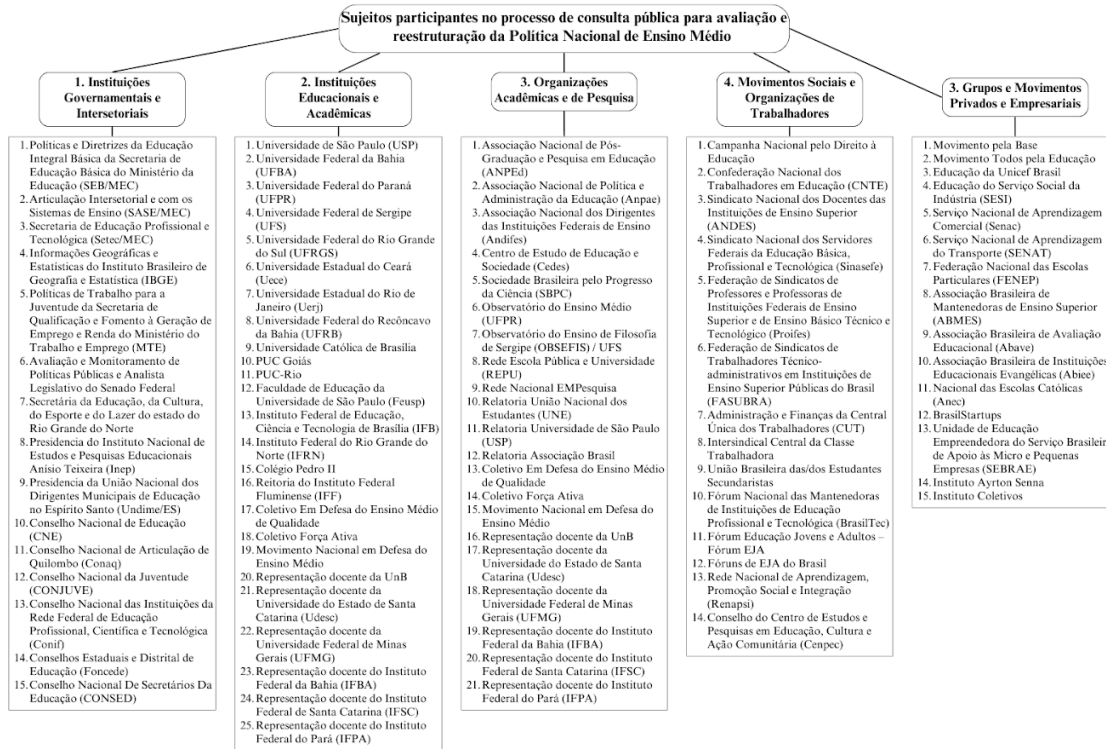
PELLISSARI, L. B. A reforma da Educação Profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação em Revista**, v. 39, p. e37056, 2023.

PERONI, Vera Maria Vidal. Políticas de formação de professores: disputas em torno de concepções de Estado e de educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018.

PIOLLI, Evaldo; SALA, Mauro. Reforma do Ensino Médio e a formação técnica e profissional. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, p. 69-86, out./nov./dez. 2020.

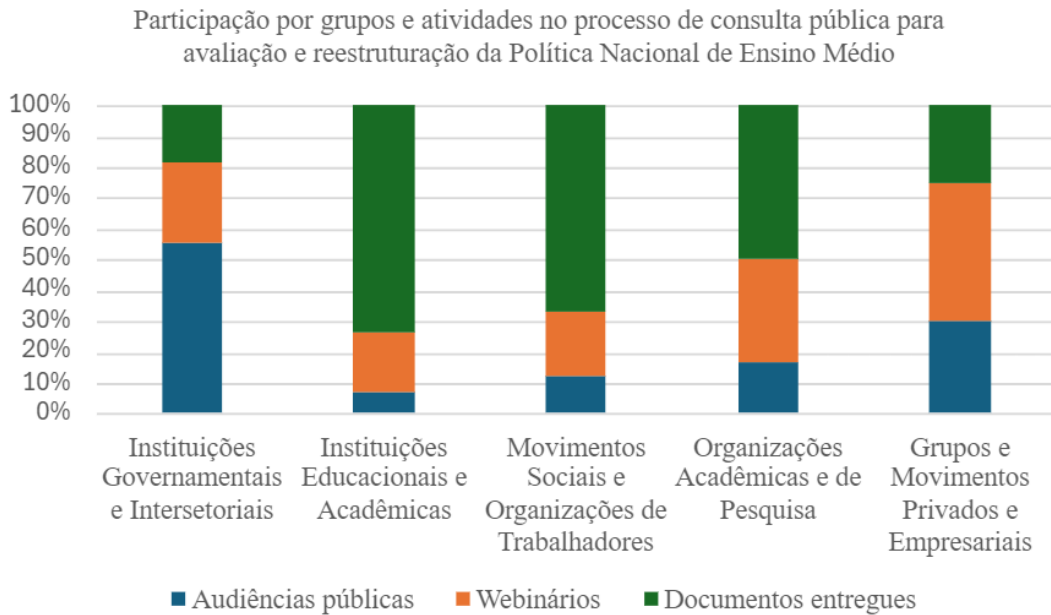
QUADRO E GRÁFICO

Quadro 1: Sujeitos participantes no processo de consulta pública para avaliação e reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio



Fonte: Ministério da Educação (2023).

Gráfico 1: Participação por grupos e atividades no processo de consulta pública para avaliação e reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio



Fonte: Ministério da Educação (2023).